

PROCEDIMENTO:

Consulta Prévia n.º CP 15/DAF/2022

(De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos)

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA E ASSESSORIA EXTERNA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ELH DE MIRANDA DO DOURO

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

junho 2022

ÍNDICE

Artigo 1.º Objeto do concurso.....	2
Artigo 2.º Entidade adjudicante	2
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar.....	2
Artigo 4.º Fundamentação da Escolha do Procedimento	3
Artigo 5.º Consulta e disponibilização das peças do procedimento	3
Artigo 6.º Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento	3
Artigo 7.º Órgão competente para prestar esclarecimentos.....	4
Artigo 8.º Documentos e elementos que as propostas devem conter	4
Artigo 9.º Idioma dos documentos da proposta	5
Artigo 10.º Apresentação de propostas variantes	5
Artigo 11.º Modo de apresentação das propostas	5
Artigo 12.º Prazo para a apresentação das propostas	6
Artigo 13.º Prazo da obrigação de manutenção das propostas.....	6
Artigo 14.º Critério de adjudicação	6
Artigo 15.º Documentos de habilitação a entregar pelo concorrente.....	6
Artigo 16.º Causas de não adjudicação	7
Artigo 17.º Caução.....	7
Artigo 18.º Negociação.....	7
Artigo 19.º Adjudicação por Lotes.....	7
Artigo 20.º Gestor do Contrato	7
Artigo 21.º Legislação aplicável	8

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

CONSULTA PRÉVIA NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 20.º DO CCP

Artigo 1.º

Objeto do concurso

1. O presente concurso tem por objeto a **Aquisição de Serviços de Consultadoria e Assessoria externa para o apoio aos serviços municipais na gestão e acompanhamento da Estratégia Local de Habitação do Município de Miranda do Douro, adiante designada simplesmente como ELH, de acordo com as cláusulas e especificações técnicas previstas no acederno de encargos anexo a este convite.**
2. O presente procedimento rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação. O procedimento de concurso, foi adotado, nos termos e de acordo com o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O vocabulário comum para os contratos públicos a que se refere o Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 74, de 15 de março de 2008 é:
71241000-9 – Estudo de viabilidade, serviço consultivo, análise.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Miranda do Douro, Largo D. João III- 5210-190 Miranda do Douro, com o telefone n.º 273430020, fax n.º 273431075 e o e-mail: geral@cm-mdouro.pt.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por Despacho da Ex.ma Senhora Presidente da Câmara Municipal do dia 14/06/2022, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado pelas disposições previstas no n.º 1 do artigo 36.º da redação atual do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, tendo sido determinado o procedimento por Consulta Prévia, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 4.º

Fundamentação da Escolha do Procedimento

A escolha do procedimento de Consulta Prévia para a formação do presente procedimento, baseia-se estritamente em critérios de valor, conforme alínea c) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 5.º

Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1 As peças do concurso, estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt> disponibilizada pela empresa ACIN – Incloud Solutions, Lda.

2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças de procedimento. O Interessado apenas necessitará de possuir selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada aquando da submissão de uma comunicação ou submissão de proposta na plataforma.

Caso não esteja inscrito deverá aceder a "www.acingov.pt", seleccione "Aderir" e preencha os dados da empresa e do utilizador associado. Assinale a opção "Li e aceito as Condições Gerais de Adesão". Ao formalizar a pré-inscrição receberá os emails necessários ao acesso à plataforma Acingov, no entanto só consegue consultar as peças do procedimento após validados por nós os documentos de adesão da sua empresa, devidamente assinados pelos representantes legais.

Mais informações através do número 707 451 451.

Caso já tenha o seu processo de adesão aprovado, bastará consultar o seu procedimento em "convites", acedendo ao pretendido. As peças concursais estarão disponíveis ao fundo da página, bem como no menu "Pedidos" poderá consultar as comunicações entre as entidades envolvidas

3. O processo de concurso encontra-se patente na **Divisão Administrativa e Financeira** da Câmara Municipal, no Largo D. João III- 5210-190 Miranda do Douro, para consulta dos interessados, durante as horas de expediente (das 9:00 às 12:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas), desde o dia da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 6.º

Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento

1. No primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, devendo estes, ser solicitados por escrito, através da plataforma AcinGov na funcionalidade "Esclarecimentos". No mesmo prazo os interessados devem apresentar á entidade adjudicante, através da plataforma AcinGov no menu "Pedidos" na funcionalidade "Lista de Erros e Omissões do caderno de encargos" utilizando a opção "Criar Pedido", uma

lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos por eles detetados e que digam respeito a:

- a) Aspectos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestação estritamente necessária à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o concorrente não considere exequíveis;
 - d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
2. Os esclarecimentos a que se refere a alínea anterior serão prestados, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação acinGov, de acordo com o artigo nº 50 do Código dos Contratos Públicos. A falta de resposta até esta data implicará a prorrogação do prazo para apresentação das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado de acordo com o artigo nº 64 do Código dos Contratos Públicos.
3. O órgão competente para a decisão de contratar prenuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, não sejam por ele expressamente aceites.
4. Os esclarecimentos prestados e das retificações de erros ou omissões efetuadas, juntar-se-á cópia às peças patentes em concurso, sendo a sua existência comunicada aos interessados.

Artigo 7.º

Órgão competente para prestar esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do Júri de Concurso.

Artigo 8.º

Documentos e elementos que as propostas devem conter

1. A proposta deve ser acompanhada de:

- a) De acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, o concorrente deverá apresentar Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante ao **Anexo I** do referido código, e que se anexa ao presente convite;
- b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, e que devem incluir obrigatoriamente:
 - a. Preço da proposta, com exclusão de IVA, expresso em euros, o qual deverá ser indicado em algarismos e por extenso, conforme especificado no **Anexo III** do presente convite (Modelo de Proposta); o valor do IVA, à taxa aplicável, deverá ser expresso em número e por extenso. A proposta deve ser assinada pelo

concorrente ou seus representantes, nos termos do n.º 4 do artigo 57.º do CCP;

- b. Nota Justificativa do Preço Proposto, nos termos da cláusula 29.ª do Caderno de Encargos;
- c. Plano de Pagamentos (facultativo por aplicação do disposto na cláusula 28.ª do Caderno de Encargos);
- d. Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para o efeito.

2. A declaração referida na alínea a) deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do n.º 4 do artigo 57.º do CCP.

3. Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do caderno de encargos.

Artigo 9.º

Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 10.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 11.º

Modo de apresentação das propostas

1. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizado exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir o disposto nos pontos seguintes.
2. A entrega da proposta do presente concurso será efetuada através da plataforma de contratação pública acessível no sítio eletrónico www.acingov.pt, disponibilizada pela empresa ACIN Icloud Solution, Lda.
3. A proposta deverá ser carregada e submetida de acordo com o manual de elaboração de proposta, constante da opção “Manuais e documentação de apoio”, no menu principal “Ajuda”.
4. **Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 agosto. De acordo com o artigo 68º da mesma lei, os mesmos devem ser assinados antes do carregamento na plataforma eletrónica Acingov.**
5. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança.
6. **Nos casos em que o certificado utilizado não relacione o assinante com a sua função e poder de assinatura como sucede, por exemplo, com o Cartão de Cidadão, deve a entidade**

interessada submeter a certidão permanente da empresa e, se for o caso procuração dando poderes de representação a quem assina os documentos.

Artigo 12.º

Prazo para a apresentação das propostas

1. As propostas podem ser apresentadas até às **17:00 horas do 15º dia** a contar da data do envio do presente convite.
2. O disposto no número anterior não prejudica uma eventual prorrogação do prazo de apresentação das propostas resultante da verificação da situação prevista no artigo seguinte, bem como a sua prorrogação nas condições previstas no artigo 64º do CCP.

Artigo 13.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo da obrigação da manutenção das propostas é de 66 dias a contar do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 14.º

Critério de adjudicação

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, de acordo com o qual é definido um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço; nos termos previstos na alínea b) do nº 1 do artigo 74 do CCP na sua redação atual, sendo adjudicada a proposta que apresentar o “mais baixo preço”.
2. Caso exista mais do que uma proposta com preço igual, o desempate é feito mediante sorteio aleatório presencial, nos termos e na data, hora local a definir pelo júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes, mediante notificação através da plataforma eletrónica utilizada “AcinGov”.

Artigo 15.º

Documentos de habilitação a entregar pelo concorrente

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de **5 dias** a contar da notificação da decisão de adjudicação:
 - a. Declaração emitida nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do CCP, em conformidade com o **Anexo III** ao presente Convite;
 - b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP;
 - c. Registo Central Efetivo (RCBE), caso aplicável;
 - d. Certidão do Registo Comercial, atualizada ou senha de acesso da certidão permanente para consulta no portal da empresa;
 - e. Cópia do Cartão de Cidadão ou identificação da(s) pessoa(s) com poderes para outorgar o contrato;

2. Os documentos de habilitação serão apresentados de modo idêntico ao da apresentação da proposta.

3. O Adjudicatário dispõe do prazo de 2 dias para supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º do mesmo dispositivo legal.

Artigo 16.º

Causas de não adjudicação

1. Não há lugar a adjudicação quando:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação de propostas;
- d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativos aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem;

2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

3. A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

Artigo 17.º

Caução

Nos termos do nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, não será exigida a prestação de caução, contudo, poderá a Câmara Municipal, se o considerar conveniente, proceder à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar nos termos do nº 2 e 3 do mesmo artigo.

Artigo 18.º

Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 19.º

Adjudicação por Lotes

Não aplicável.

Artigo 20.º

Gestor do Contrato

Nos termos e para os efeitos previstos no disposto no artigo 290º-A do CCP, a entidade adjudicante designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar a execução deste.

Artigo 21.º
Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Miranda do Douro, 14 de junho de 2022

A Presidente da Câmara Municipal



(Helena Maria da Silva Ventura Barril, Dra.)

ANEXO I

Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura (4)]

(1). Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3). Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4). Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2. O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura (5)]

(1). Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3). Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Modelo de Proposta

_____ (denominação e sede e número de pessoa coletiva da entidade), depois de ter tido conhecimento do objeto do procedimento de Consulta Prévia para aquisição de serviços de Consultadoria e Assessoria externa para o apoio aos serviços municipais na gestão e acompanhamento da implementação da Estratégia Local de Habitação do Município de Miranda do Douro”, a que se refere o convite datado de de.....de 2022, e de todas as condições estabelecidas no convite e caderno encargos e demais documentação, obriga-se a executar os serviços nos termos e nas condições estabelecidas naqueles documentos, pelo preço total de (por algarismos e por extenso), nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

À quantia supra, acrescerá o IVA à taxa legal em vigor.

Declara ainda que renúncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do respetivo contrato ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor e aceita como competente para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal do Círculo de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

..... (local), (data),

.....
(assinatura) (1)

(1) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP